

## 1959. DAS IDEIAS À AÇÃO, A SUDENE DE CELSO FURTADO – OPORTUNIDADE HISTÓRICA E RESISTÊNCIA CONSERVADORA

RENAN CABRAL\*

### Introdução

Como economista, pensador e “homem público”, o paraibano de Pombal Celso Monteiro Furtado (1920-2004) se destacou extraordinariamente em seu tempo. Nos anos 1950, junto com Raúl Prebisch, fez parte da Comissão Econômica para a América Latina (Cepal), exercendo grande influência nesta parte do continente com suas ideias sobre o desenvolvimento e o subdesenvolvimento que divergiam das doutrinas econômicas dominantes. Estas ideias estimularam a adoção de políticas intervencionistas no funcionamento da economia brasileira, muitas das vezes com o próprio Celso Furtado à frente. É sua faceta de “homem público” aquela destacada aqui, sendo o período no qual a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) foi fundada e teve suas ações lideradas por Furtado, seguramente uma das partes mais relevantes de sua vida.

Há muitos textos sobre a biografia e a bibliografia de Celso Furtado, de modo que não haveria razão para encararmos o desafio de escrever sobre personagem tão comentado se não acreditássemos poder apresentar alguma contribuição particular, capaz de animar este texto e torná-lo relevante. Dessa

---

\* Graduado em ciências sociais pela UFPE e membro do Núcleo de Estudos e Pesquisas Regionais e do Desenvolvimento, da UFPE (D&R-UFPE).

maneira, este ensaio tem o intuito de narrar os principais acontecimentos envolvendo a concepção e a instituição da Sudene em 1959, sobretudo a partir do relato da imprensa (eis, então, aquilo que acreditamos que torna original esta contribuição). A principal base documental que nos ajudou a compor este texto é a coleção de matérias de jornais<sup>1</sup> coletadas na pesquisa “A Sudene de Celso Furtado, 1958-64”, encomendada pelo Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento, para a qual foram pesquisados os jornais *O Estado de S. Paulo*, *Diário de Pernambuco*, *Jornal do Commercio* e *Última Hora*, em busca de informações sobre o tema e o período indicado pelo título da pesquisa. Dessa forma, este trabalho pretende abranger da concepção à sanção da lei que institui a Sudene, interessando sobretudo àqueles que estudam a biografia de Celso Furtado, a Sudene, ou mesmo o governo do presidente Juscelino Kubistchek.

### **O contexto**

1959. Após um dos períodos mais conturbados da história política da República – que inclui o suicídio do presidente Getúlio Vargas e a tentativa de golpe –, assumira em 1956 o presidente Juscelino Kubitschek. O Brasil estava efervescente, o processo de industrialização, em curso, e Brasília – futura capital do País, obra do visionário JK, que estava sendo erguida desde 1956 – estaria pronta no ano seguinte (1960). O presidente havia sido eleito com o entusiasmo dos que acreditaram no seu Plano de Metas,<sup>2</sup> que tinha como objetivo cumprir o *slogan* de crescer “50 anos em 5”. Desenvolver indústrias de base, investir na produção hidrelétrica, construir estradas e fazer crescer a extração de petróleo, dentre outras, eram algumas das metas para transformar o Brasil num País industrializado. A campanha que levou JK à presidência tinha sido um sucesso. Mais difícil seria a missão do agora presidente JK de atender à enorme expectativa gerada, levando-se em consideração as condições econômicas vigentes.

---

<sup>1</sup> A opção pelo jornal é justificada em razão de ser no período o segundo grande veículo de comunicação, atrás, obviamente, do rádio.

<sup>2</sup> Com o Plano de Metas de Juscelino Kubitschek (1956-1961), o Plano Salte, no governo de Eurico Gaspar Dutra (1946-1951), e posteriormente os Planos Nacionais de Desenvolvimento (PNDs) da década de 1970, o Brasil acumulou uma bagagem valiosa em termos de planejamento governamental.

Eram, indubitavelmente, tempos de mudança no Brasil. Inaugurava-se uma nova etapa do capitalismo, que nos introduzia nas linhas de consumo modernas, com eletrodomésticos, carros e produtos de consumo industrializados em geral. As populações migravam para os centros urbanos. O Rio, que por cerca de 200 anos tinha sido “centro de tudo” – cultural, econômico etc. –, em breve deixaria de ser o centro da política nacional. E assim, com o término da construção de Brasília, em breve não seríamos mais “um povo de caranguejos presos à beira da praia” (FURTADO, 1989, p. 33).

A construção da nova capital era o principal projeto do ambicioso JK – sua “grande obra”. Em razão da priorização desse projeto, o governo de Kubitschek (1956-1961) sofreu diversas críticas e incomodava ao presidente um possível desvio de foco, ou a possibilidade de a construção da nova capital vir a ser interrompida. Sobre Brasília, era denunciado o fato de sua construção absorver um montante importante de recursos,<sup>3</sup> que costumava (ou poderia) ser destinado a políticas sociais, as quais deveriam agir, sobretudo, na região mais carente de investimentos do Brasil: o Nordeste.

Nesse contexto, vale lembrar que o Nordeste já era identificado como aquela região periodicamente assolada pela seca. Na literatura, de 1926 aos anos 1930 o movimento regionalista já apresentava as condições de vida dos nordestinos nas suas representações sobre a seca, a pobreza e as estruturas perversas e resistentes aos novos tempos, como o coronelismo. Na década em questão, 1950, há o registro de duas secas rigorosas. A primeira delas ocorre em 1952<sup>4</sup> e, na música popular, inspira a canção *Vozes da seca*, de autoria de Luiz Gonzaga – “o nosso Homero”, segundo Darcy Ribeiro – e Zé Dantas, com a qual protestam em verso por uma ação mais efetiva dos políticos para o Nordeste. A seguir, apresentamos a canção e uma breve análise.

*Seu dotô os nordestinos  
Têm muita gratidão  
Pelo auxílio dos sulistas  
Nesta seca do Sertão*

<sup>3</sup> Furtado (1989, p. 34), cita ainda como efeitos negativos da construção de Brasília a “baixa dos salários reais e aumento da pressão inflacionária”.

<sup>4</sup> Essa seca motivou, inclusive, a criação do Banco do Nordeste do Brasil, a partir da Lei Federal nº. 1649, de 19.7.1952.

*Mas dotô uma esmola  
A um homem qui é são  
Ou lbe mata de vergonha  
Ou vicia o cidadão.*

*É por isso que pedimos  
Proteção a vosmicê  
Home pur nós escuido  
Para as rédias do podê  
**Pois Douro dos vinte Estados**  
**Temos oito sem chuvê**  
**Veja bem, quase a metade**  
**Do Brasil ta sem cumê***

*Dê serviço a nosso povo  
Encha os rios de barragem  
Dê cumida a preço bão*

*Não esqueça a açudagem  
Livre assim nós da esmola  
Qui no fim dessa estiagem  
Lbe pagamo inté os juru  
Sem gastar nossa coragem.*

*Seu doutô fizer assim  
Salva o povo do Sertão  
Quando um dia a chuva vim  
Que riqueza pra nação.*

*Nunca mais nós pensa em seca  
Vai dá tudo nesse chão  
**Cumo vê, nosso destino**  
**Mecê tem na vossa mão.***

(Luiz Gonzaga e Zé Dantas. *Vozes da Seca*,<sup>5</sup> 1953.)

Os versos da canção dirigem-se aos políticos – em especial ao presidente da República. Há nela uma distinção evidente entre Norte e Sul, ou entre nordestinos e “sulistas”, em que os primeiros são ajudados pelo auxílio, as

<sup>5</sup> Disponível em [www.luizluagonzaga.mus.br](http://www.luizluagonzaga.mus.br)

“esmolas”, dos segundos. A canção continua com o agradecimento nordestino pela ajuda dos “sulistas”, e protesta colocando que, em vez dessas “esmolas”, o Nordeste precisa de ações definitivas, na visão dos autores. Ações que não arranhassem a dignidade do povo nordestino, tais como: emprego, barragens, “comida a preço bom” e açudagem. A letra também denuncia a quantidade de estados que sofrem com a seca e a fome e, ao fim, acentua a responsabilidade política do governante: “*nosso destino, mecê tem na vossa mão.*”

Porém, se de fato o atraso do Nordeste era em boa medida um fenômeno político, as soluções reclamadas por Gonzagão e Zé Dantas em 1953 – como, por exemplo, a açudagem – se mostrariam incrivelmente ineficazes anos depois, conforme as denúncias sobre a “indústria das secas”.

Em 1958, o Nordeste é atingido por mais uma grande seca, não menos severa. Por esta razão, em 1959 os governadores recém-eleitos no Nordeste assumiam um discurso desenvolvimentista à JK, ao mesmo tempo em que formavam um coro sobre o abandono da região pelo governo federal. A seca era uma tragédia inevitável, ao mesmo tempo em que quase nada se conhecia sobre as formas de “convivência com o semiárido”. Em resumo, os problemas da Região Nordeste faziam-na a mais atrasada do País e a construção de Brasília em nada remediava seus problemas. E, como contraponto, havia a imagem do Sul como espaço do progresso, da indústria, “do futuro”.

É preocupado com essa pressão – que poderia vir a atrapalhar sua grande obra, a obsessiva construção de Brasília, além de seu plano de ser novamente eleito –, que o presidente Juscelino Kubitschek convocou para o dia 6 de janeiro de 1959, no Palácio Rio Negro, uma reunião com uma série de “produtores de ideias”. Dentre estes, estava Celso Furtado, então um dos diretores do BNDE,<sup>6</sup> que falou sobre a região Nordeste. Na reunião, Celso Furtado consegue convencer o presidente da ineficácia das políticas vigentes, após uma exposição que abordou os problemas da açudagem para a resolução das deficiências na produção de alimentos na região, em razão da oligarquia agrária local ter se apossado do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS), além de apresentar números do quadro regional que serviriam à sua defesa de uma política global

---

<sup>6</sup> Celso Furtado havia retornado ao Brasil em agosto de 1958 e logo aceitou um convite para a direção do BNDE sob a condição de que sua atuação se restringisse à Região Nordeste, renunciando então a seu cargo nas Nações Unidas.

para o desenvolvimento econômico do Nordeste, em lugar das ações desconexas vigentes. Para Furtado, a ação do governo deveria priorizar a criação das bases para a industrialização e o aumento da oferta de alimentos. O presidente então trata de incumbir Celso Furtado de tomar as providências para lançar a nova política para a região, a qual ele chama de “Operação Nordeste”, também conhecida como Openo.

### **A “indústria da seca” e a Sudene**

Um apoio inicial conseguido por Celso Furtado ao projeto da Sudene se destaca. O de Paulo Bittencourt, então diretor do *Correio da Manhã*, à época o principal jornal da capital. Este jornal foi fundamental para a receptividade geral do projeto<sup>7</sup> e para colocar o assunto na pauta de discussão política do País. Inicialmente, pode-se destacar a publicação de entrevista com Celso Furtado falando do projeto da Sudene e, depois, a série de matérias feitas por Antonio Callado no Nordeste, em geral sobre as consequências das políticas do DNOCS, nas quais relata a exploração do trabalhador rural pelos latifundiários e a luta das Ligas Camponesas contra esta exploração.

As Ligas Camponesas tiveram atuação mais destacada no período que vai do final da década de 1950 ao início da década de 1960, e ajudaram os trabalhadores rurais a se organizar, com o intuito de lutar para que valessem os direitos previstos nas leis trabalhistas da Constituição de 1946, que previa a sindicalização rural, meta de alguns governos até então. Em 1959, por exemplo, se um pedido de sindicalização dos trabalhadores rurais do País era encaminhado ao Ministério, esse pedido era negado, em razão da forte pressão contra a sua aprovação, por meio da Confederação Rural Brasileira, representante dos proprietários de terra.

A primeira série de reportagens do jornalista Antonio Callado<sup>8</sup> foi publicada no jornal *Correio da Manhã* entre 10 e 23 de setembro de 1959. Mais adiante, uma nova visita, que resultou em matérias publicadas entre 29 de novembro e 2 de dezembro de 1959. As reportagens denunciavam a oligarquia agrária nordestina – do latifúndio e seus coronéis – que tinham se apossado do DNOCS. Segundo Montenegro (2008):

---

<sup>7</sup> Talvez por isso, figuras sabidamente pouco simpáticas ao projeto da Sudene e a Celso Furtado, como o influente Assis Chateaubriand, tenham contido sua indisposição e suas críticas neste primeiro ano.

<sup>8</sup> Ver Callado (1960).

Antonio Callado viajou ao Nordeste a convite do Codeno (Conselho de Desenvolvimento Econômico do Nordeste) e visitou os estados do Ceará, Paraíba e Pernambuco. Estava em discussão na época, na Câmara Federal, uma Lei de Irrigação que, entretanto, encontrava resistência de parlamentares do Ceará e da Paraíba, onde os problemas da seca eram dos mais graves. Na série de reportagens que realizou, Callado denuncia a indústria da seca, ou seja, os mecanismos através dos quais os latifundiários transformaram os problemas decorrentes da seca em um grande negócio. Denuncia também como os açudes construídos com verbas públicas, para beneficiar toda uma população rural, acabam atendendo a uns poucos latifundiários.

Nesse contexto, as Ligas Camponesas pressionavam pelos direitos do trabalhador rural. De Pernambuco, ganha notoriedade nacional a luta dos moradores do Engenho Galileia, em Vitória de Santo Antão, que formaram uma associação de ajuda mútua que contava com a defesa jurídica de seus anseios, com o apoio do deputado e advogado Francisco Julião (PSB), na luta pela desapropriação das terras do Engenho. Para eles, esta seria a melhor via para tentar superar problemas como atraso nos pagamentos, medição errada da área trabalhada pelo agricultor (por aqueles que se aproveitavam da falta de letramento do trabalhador) e pagamento em crédito para compra na venda do próprio latifundiário.

Segundo Montenegro (idem):

As reportagens de Callado resultaram de um movimento dentro do governo Juscelino Kubitschek, que estrategicamente procurava obter o apoio daquele jornal aos projetos que apresentava para responder à grave crise que dominava o Nordeste, ampliada com a enorme seca de 1958. O apoio da opinião pública era considerado de grande importância para vencer a resistência de muitos parlamentares no Congresso ao projeto Operação Nordeste, implementado por Celso Furtado e que resultou na fundação da Sudene.

As reportagens de Antonio Callado, publicadas no *Correio da Manhã*, adquiriram uma grande repercussão nacional, inclusive sendo publicadas nos Anais da Câmara Federal. Rapidamente, a “indústria da seca”, a criação da Sudene e a luta das Ligas Camponesas de Galileia transformaram-se em temas centrais do debate nacional. Para uma parcela da sociedade, as Ligas Camponesas tornaram-se nos últimos anos da década de 1950 um símbolo de resistência,

enquanto para outros era um sinal do avanço do comunismo e da ruptura da *paz agrária*, assentada sobre bases patriarcais e de grande exploração.

Para o historiador Antônio Torres Montenegro (ibidem):

As reportagens de Callado produziram um efeito de verdade sobre uma parcela da opinião pública, dos políticos, da Igreja católica. Dom Hélder procurou Celso Furtado, após ter conhecimento da Operação Nordeste, e garantiu-lhe todo apoio, como também abraçou o projeto da criação da Sudene. O Nordeste precisava modernizar-se, combater a corrupção das oligarquias que utilizavam os recursos públicos para projetos particulares, e possibilitar ao seu trabalhador rural tornar-se cidadão. Em torno dessa verdade é que o governo federal projetou a Operação Nordeste e aprovou a Sudene. Mas, para muitos que combatiam qualquer mudança, todas essas propostas eram indicativas de iniciativas comunistas. O governo caminhava entre dois focos. De um lado, os proprietários, herdeiros de uma longa tradição de completo domínio sobre os trabalhadores/moradores de suas terras. Reproduziam práticas patriarcais em que pequenos favores e apadrinhamentos se misturavam com relações de exploração, que se manifestavam através do cambão, do foro, do pulo da vara, do barracão e apareciam como naturais.

### **O anúncio da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste**

O anúncio da Sudene na mídia impressa começa a ser preparado já no começo de fevereiro. No *Diário de Pernambuco* de 5 de fevereiro de 1959, por exemplo, há uma matéria emblemática, intitulada *Indústria e não açudes para o Nordeste*, na qual Celso Furtado expõe os problemas da política de açudagem (“solução hidráulica”) que se repetia já há alguns anos sem muito sucesso. O economista também demonstra como essa diretriz equivocada na política para a região deixava o Nordeste em situação cada vez mais desvantajosa em relação ao Centro-Sul. Por fim, o então diretor do BNDE, após criticar a “ilusão da açudagem”, afirma que o caminho natural para o desenvolvimento passa pela industrialização. Em depoimento na mesma matéria, Celso Furtado aponta para uma reorientação das políticas para o Nordeste: da “solução hidráulica” para a indústria e o desenvolvimento.

Pouco mais de uma semana depois, sob o título de “*Desenvolvimento do Nordeste tem novo órgão: Sudene*”,<sup>9</sup> a primeira página do *Diário de Pernambuco* é tomada por notícias sobre o anúncio da autarquia e sobre o início da Operação Nordeste,

<sup>9</sup> *Diário de Pernambuco*, 17 de fevereiro de 1959.

ocorrido no Palácio do Catete no dia anterior (16/2/1959). A reunião se passa em presença de nove governadores do Nordeste, além – é claro – de Celso Furtado e do presidente Juscelino Kubitschek, que no mesmo dia envia ao Congresso uma mensagem apresentando o projeto de criação da Sudene.<sup>10</sup> Até então, o único projeto de porte do presidente para a região Nordeste, antes da Sudene, era a Barragem de Orós,<sup>11</sup> que seria a maior da região. No mais, havia de relevante o Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN), que estudava a região.

Conforme a matéria *Juscelino encaminhou projeto ao Congresso*,<sup>12</sup> a Superintendência seria uma instituição diretamente subordinada à Presidência da República e teria por finalidade:

- A – estudar e propor diretrizes para o desenvolvimento do Nordeste;
- B – coordenar e controlar a elaboração e execução de projetos a cargo dos órgãos federais da região;
- C – executar diretamente ou mediante convênio, acordo ou contrato, projetos referentes ao desenvolvimento do Nordeste que lhe forem atribuídos, bem como contratar diretamente créditos de exterior;
- D – coordenar programas de assistência técnica estrangeira.

Na matéria, ainda são destacados artigos como:

O artigo 2º declara que, “para fins desta Lei, considera-se como Nordeste a região abrangida pelos Estados do Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia”.

O artigo 3º dispõe que “os programas anuais de trabalho das entidades federais da região serão elaborados em comum e com a cooperação dos órgãos que sejam também interessados”.

Na mesma página, uma matéria tem como título um fragmento da exposição de Celso Furtado, realizada na reunião no Palácio do Catete: “*Trata-se realmente de um plano ambicioso*”.<sup>13</sup> Nela, o economista fala sobre a criação de “uma economia adaptada ao semiárido”, e declara:

<sup>10</sup> A mensagem e o projeto estão disponíveis no volume *O Nordeste*, uma área composta. (Informe sobre a região compreendida pelo Plano de Estudos do GTDN) Organizador: economista Souza Barros.

<sup>11</sup> Em 1960, a barragem teve fim catastrófico (Furtado, 1989, p. 83-85), pois não suportou as chuvas e, antes de ser inaugurada, rompeu, o que ocasionou a inundação dos arredores e prejudicou bastante a vida dos moradores atingidos.

<sup>12</sup> Ver *Diário de Pernambuco*, 17 de fevereiro de 1959.

<sup>13</sup> *Idem*.

O plano de reabilitação econômica do Nordeste consiste antes de tudo, em aproveitar o nordestino em sua própria região. Podemos afirmar com convicção que isto é possível e não um sonho. O Nordeste não pesa ao Brasil. Nos últimos anos foi, inclusive, espoliado pela nação. Na última década, teve participação fundamental no progresso econômico.

Ao final de sua exposição no Catete, Furtado afirma:

Como economista e depositando fé nos homens públicos do Brasil, tenho convicção de que estamos em condições de dizer que viemos a este encontro para mudar o curso dos acontecimentos, abrindo uma nova era para o desenvolvimento do Nordeste.

A partir daí tem início o longo caminho até a aprovação do projeto, com a forte atuação do Codeno que visava, sobretudo, a formulação do I Plano Diretor.

### **A instalação do Codeno**

O Conselho de Desenvolvimento do Nordeste (Codeno) foi instalado no dia 25 abril de 1959, no Teatro de Santa Isabel, em Recife.<sup>14</sup> Compunham a comitiva presidencial o ministro Lúcio Meira e cinco parlamentares, sendo dois da oposição: Etelvino Lins, Aluísio Alves (presidente da Comissão do Polígono das Secas), José Candido Ferraz, Dino Ferreira e Colombo Souza. Há de se destacar que Etelvino Lins e Apolônio Sales,<sup>15</sup> que faziam parte da comitiva, não compareceram na instalação do Codeno nem no Seminário de Garanhuns.

Nove governadores estiveram presentes: Matos Carvalho (Maranhão), Chagas Rodrigues (Piauí), Parfisal Barroso (Ceará), Dinarte Mariz (Rio Grande do Norte), Pedro Gondim (Paraíba), Cid Sampaio (Pernambuco), Luiz Garcia (Sergipe), Juracy Magalhães (Bahia), coronel Costa (Ilha de Fernando de Noronha).

No dia seguinte, às 10h, no Auditório da Delegacia Federal de Saúde, na rua Conde da Boa Vista, 1570, em Recife, foi realizada a primeira reunião do

---

<sup>14</sup> Ver *Jornal do Commercio*, de 26 de abril de 1959. A matéria em questão refere-se em seu título à “instalação da Openo”. Preferimos, no entanto, usar no texto o termo instalação do Codeno, em conformidade com o que escreve Celso Furtado (1989). Esse parece mais um erro de impressa, como naquelas matérias que mencionam Sudeno em vez de Sudene.

<sup>15</sup> Mais adiante, Apolônio Sales teria seu nome envolvido em especulações como possível primeiro superintendente da Sudene, no lugar de Celso Furtado.

Codeno, contando com os mesmos governadores presentes na cerimônia ocorrida no Teatro Santa Isabel, além, é claro, de Celso Furtado. Após a instalação do Codeno, boa parte dessas pessoas seguiu com destino a Garanhuns, onde seria realizado o Seminário para o Desenvolvimento do Nordeste.

### **O Seminário para o Desenvolvimento do Nordeste**

No dia 5 de fevereiro, é anunciado no *Diário de Pernambuco*: “Seminário do Nordeste será feito em Garanhuns.”<sup>16</sup> O seminário foi convocado pela Confederação Nacional da Indústria (CNI), por iniciativa de Lídio Lunardi, então presidente da CNI, e contou com a presença do presidente JK, de nove governadores da região e ministros de Estado. Tendo em vista a obtenção de investimentos no Brasil, também foram convidados grupos financeiros dos seguintes países: França, Bélgica, Japão, Estados Unidos, Inglaterra, Itália, Israel (este, convidado em virtude da sua experiência em recuperação de regiões secas) e Alemanha Ocidental.<sup>17</sup>

Além disso, o seminário objetivava reunir os importantes subsídios para a Operação Nordeste. Para tanto, também foram convidados membros dos órgãos governamentais especializados e organismos internacionais, como OEA, OPA, FAO e ONU, com o intuito de que os recursos destinados ao Brasil fossem aplicados racionalmente, dentro dos critérios de prioridade dos problemas.<sup>18</sup>

Essa parece ter sido a primeira viagem que Juscelino Kubitschek fez a Pernambuco no ano de 1959. Nela, o presidente instala o Codeno e participa do Seminário de Garanhuns, os dois primeiros eventos para a apresentação da Sudene no estado onde o órgão seria sediado. No seminário foram tratados os problemas nordestinos e questões da indústria. Em síntese, lá foram discutidas recomendações para a política da indústria e dos governos sobre os seguintes assuntos: reforma agrária, instalação de usinas siderúrgicas no Nordeste, financiamento dos empreendimentos regionais, produção de alimentos, emprego de mão de obra, instalação da rede de frigoríficos (plano de eletrificação), reforma do código de pesca, incentivo a cooperativas de pescadores.<sup>19</sup>

<sup>16</sup> Nota disponível em *Diário de Pernambuco*, 5 de fevereiro de 1959, p. 6.

<sup>17</sup> Ver *Jornal do Commercio*, de 19 de abril de 1959.

<sup>18</sup> Idem.

<sup>19</sup> Ver “*Chegou o secretário geral do Seminário de Garanhuns: o “temário” foi confirmado*”, em *Jornal do Commercio*, Recife, 23 de abril de 1959.

Cerca de 400 pessoas estiveram presentes aos debates e a direção dos trabalhos de abertura ficou a cargo do economista Celso Furtado. No geral, o evento esteve voltado para a discussão de duas teses, a do sociólogo Artur Rios, que defendia a modificação da estrutura agrária nordestina; e a de Celso Furtado, que defendia a extensão das fronteiras agrícolas do Polígono das Secas em direção ao interior maranhense e goiano.<sup>20</sup>

Ao fim do seminário, que teve início um dia após a instalação do Codeno, o presidente e sua comitiva apresentaram em Pernambuco a nova política para a região Nordeste e, conforme indicam as matérias, conquistaram a confiança dos espectadores e da mídia. Como exemplo disso, podemos citar o *Jornal do Commercio* na sua edição de 26 de abril de 1959, que traz em letras garrafais: “*COMEÇOU EM GARANHUNS A LUTA PELA RECUPERAÇÃO DO NORDESTE*”. Na reportagem, o jornalista Carlos Garcia assim reproduz as palavras do presidente Kubitschek:

Anima-nos a todos um só propósito, uma só aspiração e uma só esperança, que é promover a aceleração do desenvolvimento harmônico do Brasil. Chegamos à conclusão de que o nosso próprio crescimento será perigoso para o equilíbrio da Nação se persistir a terrível coexistência de zonas cada vez mais prósperas com outras estagnadas, sob o trágico domínio do subdesenvolvimento.

### **A reunião em Teresina e a Lei de Irrigação**

Em agosto de 1959, deu-se a primeira reunião do Codeno fora do Recife (em Teresina), que teve como mote a discussão da Lei de Irrigação. Consideradas as potencialidades de irrigação da bacia do São Francisco, uma lei específica era crucial para evitar que recursos fossem desperdiçados, favorecendo estruturas tradicionais como o latifúndio. A irrigação privilegiava as terras de grandes fazendeiros, ou a chamada indústria da seca. O desperdício era enorme. Furtado (1989, p. 63) relata que testemunhou ensaios de projetos de irrigação em que a água era financiada quase de graça para os latifundiários, para culturas como banana, pouco exigente de mão de obra – portanto sem geração de emprego –, e arroz, muito exigente de água.

---

<sup>20</sup> Ver “*Concluídos os trabalhos do Seminário da Indústria: boje a sessão de encerramento*”, em *Diário de Pernambuco*, de 5 de maio de 1959, p. 3 e 11(H).

Costa Lima (2008) tem um importante trabalho feito a partir das atas de reunião do Codeno e do conselho deliberativo da Sudene, em que mostra claramente a resistência a projetos dessa natureza por parte dos representantes nordestinos. Por exemplo, na ocasião da reunião em Teresina, o representante do Ceará, Francisco de Almeida, alegava ser o projeto da Lei de Irrigação antidemocrático, por ferir a Constituição, em depoimento claramente pró-latifúndio.

Numa reunião até então de posições dessa natureza, surpreende a declaração do coronel Afonso Albuquerque Lima, representante das Forças Armadas – onde prevalecia uma forte tendência reacionária. O depoimento do coronel sobre o anteprojeto vai contra o governador do Ceará, afirmando que a Lei de Irrigação não contribuiria para a intranquilidade social na região.

A representação das Forças Armadas tomou conhecimento do anteprojeto de Lei da Irrigação do Nordeste, que tem como objetivo principal regular o uso da terra e da água, nas áreas de irrigação do Nordeste. Cabe-me, inicialmente, após estudo detalhado do assunto em apreço, dar todo o apoio no sentido de aprovar esta lei que procura de modo justo e humano estabelecer as bases para o arrendamento da terra, principalmente quando beneficiada por obras públicas e irrigação. Com essa corajosa e oportuna iniciativa, dá-se o primeiro passo para criar verdadeiramente a base indispensável à expansão industrial que se pretende levar a cabo no Nordeste, e, até o presente momento, deixada inexplicavelmente de ser levada em consideração. Esta lei há de sofrer contestações e talvez mesmo forte oposição, porque virá modificar, em parte, os alicerces econômicos da região nordestina e, sobretudo, porque virá atingir a uma poderosa classe de grandes proprietários de terras. (costa lima , 2008)<sup>21</sup>

O anteprojeto da Lei de Irrigação, que se pretendia uma espécie de ensaio de reforma agrária no Nordeste, acabou sendo aprovado por unanimidade no conselho deliberativo. Isto, muito provavelmente em razão do posicionamento do representante das Forças Armadas, haja vista a composição nitidamente oligárquica dos governadores. Além do mais, havia a confiança de que o anteprojeto jamais seria aprovado pelo Congresso Nacional, em razão da posição de parlamentares e governadores nordestinos de diversos partidos, inclusive de membros do PTB da Paraíba, do Rio Grande do Norte e, sobretudo, do Ceará.

<sup>21</sup> *Apud* Celso Furtado e o Conselho Deliberativo da Sudene (1959-1964).

Enquanto isso, em nível nacional o partido encampava e reivindicava as reformas de base, nelas incluídas a Reforma Agrária (*idem*).

### **A aprovação do projeto da Sudene**

A Sudene foi criada como uma autarquia subordinada diretamente à Presidência da República, cabendo a Celso Furtado seu comando de 1959 a 1964. Boa parte da estratégia de atuação do órgão foi definida a partir do diagnóstico apresentado no livro *A operação Nordeste* (1959). As diretrizes adotadas tinham como finalidade suprir a falta de coordenação entre os órgãos federais existentes, e a Superintendência deveria ser um órgão de planejamento, coordenador de políticas para o desenvolvimento do Nordeste.

A criação da Sudene resulta da necessidade de desenvolver economicamente a região Nordeste, a partir da percepção de que, com o processo de industrialização, crescia a diferença entre o Nordeste e o Centro-Sul do Brasil. Era necessário, então, intervir diretamente na região, guiada pelo planejamento, entendido este como caminho fundamental para o desenvolvimento.

O projeto de lei que criou a Sudene enfrentou uma série de obstáculos<sup>22</sup> na sua tramitação pela Câmara dos Deputados, onde interesses políticos, sobretudo impostos pelos parlamentares nordestinos, pretendiam praticamente inutilizar a formulação da nova política econômica para o Nordeste, como no caso da emenda que retiraria o DNOCS da subordinação da Sudene, proposta pelo deputado paraibano Argemiro Figueiredo.

No início de dezembro de 1959, a aprovação da Sudene com ou sem DNOCS era a questão a ser resolvida. A votação do projeto que instituiria a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste caiu em pauta quando já não havia mais esperanças para sua votação antes do recesso parlamentar. “O sr. Nestor Duarte, então líder da oposição, aproveitando-se da discórdia da maioria sobre requerimento de sua autoria, de urgência para a proposição que cria a Fundação das Pioneiras Sociais, foi à mesa e fez a substituição: Em vez das Pioneiras, a Sudene”.<sup>23</sup>

Próximo à aprovação do projeto, a oposição falava em aprovar o projeto com a condição de que Celso Furtado não fosse o seu superintendente (FURTADO, 1989). Neste sentido, há a publicação de notícias divergentes, ora colocando

<sup>22</sup> *Diário de Pernambuco*, 3 de novembro de 1959, p. 1.

<sup>23</sup> *Sudene: Diário provocará, agora, os pronunciamentos*. Em *Diário de Pernambuco*, 2 de dezembro de 1959, p. 1.

Apolônio Sales como superintendente do órgão, ora pondo Celso Furtado. A confusão na mídia era tanta que, na véspera da aprovação da lei que instituiu a Sudene, até mesmo Autran Dourado, então secretário de Imprensa do Palácio do Catete, dizia não saber nada sobre o assunto.<sup>24</sup> Segundo Furtado (1989), para a aprovação do projeto, JK teria feito mistério sobre o futuro superintendente, dando a entender que seria Apolônio Sales – e não Celso Furtado – o indicado para o cargo. O mistério sobre a nomeação de Celso Furtado seguiria na mídia impressa até perto da sua nomeação, que ocorreu no dia 8 de janeiro de 1960.<sup>25</sup>

A Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste foi criada em 15 de dezembro de 1959,<sup>26</sup> pela Lei nº. 3.692, como meio de intervenção do Estado no Nordeste, com o objetivo de promover e coordenar o desenvolvimento da região. A instituição definia o espaço do Nordeste de forma diferente do usual. Assim, a região compreendida, que passaria a ser objeto da ação governamental, incluía os estados do Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia e parte de Minas Gerais. O que também motivou uma série de discussões, tendo em vista a proposta da Sudene de considerar um Nordeste diferente do “verdadeiro”.

Logo após aprovada a Sudene, surge uma notícia sobre uma espécie de resposta do Sul, o Conselho do Desenvolvimento Sul (Codesul),<sup>27</sup> com plano a ser elaborado por uma comissão parlamentar de representantes dos estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, e com o intuito de buscar para estes estados, junto ao governo federal, mais recursos, melhores condições de financiamento, assistência à agricultura etc.

Com a aprovação da lei que instituiu a Sudene,<sup>28</sup> é publicada matéria em que o presidente Juscelino Kubitschek comemora afirmando que “sem a Sudene, seria impossível a recuperação do Nordeste”. Na mesma matéria, há novos rumores de que, assim que estivesse funcionando plenamente, a Sudene teria seu superintendente, Celso Furtado, substituído por Apolônio Sales.

<sup>24</sup> *Diário de Pernambuco*, 14 de dezembro de 1959.

<sup>25</sup> *Celso Furtado nomeado para a Sudene*. Em *Diário de Pernambuco*, 9 de janeiro de 1960, p. 1.

<sup>26</sup> “Sudene sancionada: JK ressalta a importância”. Em *Diário de Pernambuco*, 16 de dezembro de 1959, páginas 1 e 5 (2º Caderno T).

<sup>27</sup> *Openo já tem réplica: Codesul com protocolo*. Em *Diário de Pernambuco*, 17 de dezembro de 1959, p. 1.

<sup>28</sup> “Sudene sancionada: JK ressalta a importância”, *op. cit.*

Em editorial publicado no *Diário de Pernambuco*,<sup>29</sup> Aníbal Fernandes defende o nome de Celso Furtado para a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste, colocando o economista como o técnico necessário para manter a Sudene fora da política partidária, além de seu histórico de trabalho pela região, numa época de rumores sobre uma possível substituição de Celso Furtado por Apolônio Sales. Em 20 de dezembro, o *Diário* publica: “Celso Furtado só voltará a Recife se nomeado por JK”,<sup>30</sup> matéria em que se diz que Furtado teria comunicado a JK – desde o início do Codeno – que não cederia a pressões políticas nem aceitaria colaborar sob orientação partidária.

Mas somente no dia 24 de dezembro de 1959 uma nova matéria do *Diário* informa definitivamente sobre a futura nomeação do primeiro superintendente da Sudene: Celso Furtado. A matéria, intitulada “Inalterada, até agora, a opinião de Juscelino: Sudene fora da política”,<sup>31</sup> possivelmente deixou furiosos muitos opositoristas que votaram a favor do projeto.

Mais adiante, a Sudene teria um belo começo de seus trabalhos, contando com regras que priorizavam a classe empresarial local, destacando-se o modelo em que a empresa investidora abdicava do seu imposto de renda para repassar o dinheiro ao Nordeste. No entanto, fazia aquilo por meio de uma companhia regional, que receberia o montante para cumprir um plano de implantação de uma nova indústria. Isto fazia parte do plano de “evoluir” os empresários nordestinos que tivessem projetos a apresentar. Além disso, a Sudene também tinha seus recursos complementados pela volumosa percentagem de 3% do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e também do Imposto de Renda (IR), compondo assim um bom orçamento próprio.

Agora, o próximo objetivo seria conseguir a aprovação do I Plano Diretor.

### **Considerações finais, ou algumas notas sobre Celso Furtado, transformação, resistência e interrupção**

O que fica destacado no nosso entendimento é a influência progressista da atuação de Furtado. Através de suas ideias e atuação como homem público, o economista pretendia uma transformação/evolução das classes política e

<sup>29</sup> FERNANDES, A. A Sudene fora da política. *Diário de Pernambuco*, 18 de dezembro, p.1.

<sup>30</sup> *Diário de Pernambuco*, 20 de dezembro de 1959, p. 10.

<sup>31</sup> *Diário de Pernambuco*, 24 de dezembro de 1959, p. 8.

empresarial do Nordeste. Na política, esperava-se a formação de uma classe mais progressista e identificada com a “consciência regional”. Na economia, que um grupo industrial da região pusesse fim à hegemonia do latifúndio.

No entanto, apesar dos avanços conquistados, a literatura a respeito evidencia enorme distância entre a ideia do projeto de desenvolvimento regional que os técnicos da Sudene tinham em mente e a ideia de desenvolvimento mais “egoísta” (ou estadualista) dos políticos nordestinos. Isso para não falar da pressão de grupos como a oligarquia do gado e do algodão e de plantadores de cana-de-açúcar – em geral, com fortes relações no Congresso Nacional.

Apesar da forte resistência conservadora, que sustentava muitas das estruturas responsáveis pelos problemas de desenvolvimento e justiça social no Nordeste, Juscelino Kubistchek conseguiu a aprovação do projeto que instituía a Sudene, idealizada por Furtado. Isto, além de outros avanços que o economista conseguiu desde o Codeno até sua atuação na Sudene, que duraria até o golpe de 1964. Por essa razão, Furtado, em entrevista de 1997, não esconde o tom melancólico de quem tinha a consciência do quanto o País perdeu com a ruptura do pacto constitucional:

A classe política não teve a evolução que nós esperávamos. E a verdade é que a classe política brasileira se degradou muito com a ditadura. A ditadura fez uma seleção negativa da classe política. Cortava a cabeça dos melhores, deixava os piores tomando conta [...] E quando do fim da ditadura não houve uma renovação importante da classe política.<sup>32</sup>

Para encerrar, observamos que, ao contrário desse recorte, a atuação de Celso Furtado foi em geral entusiasmada e movida por uma certeza: a de que é possível fazer do Brasil um País desenvolvido em sentido amplo, com justiça social. Sobre o tema “desenvolvimento”, o economista brasileiro deixou um legado dos mais relevantes da economia mundial, chegando a ser indicado em 2003 para o Prêmio Nobel. Um exemplo para que continuemos a lutar em diversas frentes, pelo desenvolvimento do Brasil. Só nos resta agradecer:

Obrigado, Celso Furtado.

---

<sup>32</sup> Celso Furtado, entrevista realizada num café do Quartier Latin, em Paris, em 1997, exibida no *Programa Conexão Roberto D'Avila*, em 26 de novembro de 2004.

### Referências bibliográficas

BRANDÃO, G.M.; REIS, R.R.; COSTA LIMA, M. (Orgs.). *Regionalismos, democracia e desenvolvimento*. São Paulo: Humanitas, 2007.

CALLADO, A. *Os industriais da seca e os "Galileus" de Pernambuco*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1960.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA. *Seminário para o desenvolvimento do Nordeste. O Nordeste, uma área composta. (Informe sobre a região compreendida pelo Plano de Estudos do GTDN)* Organizador: economista Souza Barros

COSTA LIMA, M.; DAVID, M.D. (Orgs.). *A atualidade do pensamento de Celso Furtado*. Brasília: Verbena Editora, 2008.

FERRETI, M.M.R. *Baião de dois: a música de Zé Dantas e Luiz Gonzaga no seu contexto de produção e sua atualização na década de 70*. Recife: FUNDAJ, Ed. Massangana, 1988. 281 p.

FURTADO, C. *A fantasia desfeita*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

\_\_\_\_\_. *Formação econômica do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

\_\_\_\_\_. *Arquivos de Celso Furtado 2*. Ed. Centro Internacional Celso Furtado, Contraponto Editora.

MONTENEGRO, A.T., As ligas camponesas e os conflitos no campo. *In: Saeculum*; Revista de História, 18. João Pessoa, Jan/jun. 2008. p. 11 a 38.

OLIVEIRA, L.L. *A criação da Sudene*. Disponível em:  
[www.cpdoc.fgv.br/nav\\_jk/htm/o\\_Brasil\\_de\\_JK/a\\_criacao\\_da\\_sudene.asp](http://www.cpdoc.fgv.br/nav_jk/htm/o_Brasil_de_JK/a_criacao_da_sudene.asp)

\_\_\_\_\_. *A invenção do Nordeste*. Disponível em:  
[www.cpdoc.fgv.br/nav\\_jk/htm/o\\_Brasil\\_de\\_JK/A\\_invencao\\_do\\_nordeste.asp](http://www.cpdoc.fgv.br/nav_jk/htm/o_Brasil_de_JK/A_invencao_do_nordeste.asp)